

**RCD no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.942 - PR (2019/0286561-1)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**REQUERENTE : ADAO PEREIRA**  
**REQUERENTE : APARECIDA ALZIRA ULIANA DE CARVALHO**  
**REQUERENTE : CARLOS ALBINO DA TRINDADE**  
**REQUERENTE : CARLOS ALEXANDRE MORAES**  
**REQUERENTE : CLAUDEMIR ALVES**  
**REQUERENTE : CLEUSA RODRIGUES SILVA**  
**REQUERENTE : DOLORES PEREIRA MISAEAL**  
**REQUERENTE : EDUARDO RODRIGUES ANDRE**  
**REQUERENTE : MILTON RODRIGUES ANDRE**  
**REQUERENTE : VALDECI DA SILVA ROCHA**  
**REQUERENTE : VALDIRENE VAIS MARTINS**  
**ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123**  
**SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788**  
**ISABELLA MARIA BIDART LIMA DO AMARAL - PR054744**  
**REQUERIDO : LIBERTY SEGUROS S/A**  
**ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919**  
**EDIMILSON PEDRO DE SOUZA - SC023308**  
**ADRIANA LETÍCIA BLASIUS - PR067065**  
**REQUERIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADOS : JOAO CORREA SOBANIA - PR011173**  
**SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração contra decisão de minha lavra em que determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que se aguarde o julgamento do RE 827.996/DF, no qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral a respeito da competência para processar e julgar as ações que envolvam seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Os requerentes defendem a necessidade de aplicação, no presente caso, do entendimento da Corte Especial na questão de ordem nos Recursos Especiais n. 1.202.071/SP e 1.292.976/SP, afirmando que o relator do RE 827.966/DF, eminente Ministro Gilmar Mendes, sequer ordenou o sobrestamento dos processos que versam sobre a matéria em comento.

Requerem, em suma, o regular processamento do recurso, mediante a análise da petição anteriormente apresentada pelos requerentes às fls. 380/385, a fim de que seja declarada a incompetência da Primeira Turma para julgar o recurso e, em consequência, redistribuído os autos a uma das Turmas da Segunda Seção (e-STJ fls. 394).

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que o Órgão especial desta Corte,

ao julgar Questão de Ordem suscitada nos Recursos Especiais n. 1.202.071/SP e 1.292.976/SP, ressaltou que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na questão de ordem levantada no RE 966.177/RS, decidiu que a suspensão do processo prevista no § 5º do art. 1.035 do CPC não consiste em consequência automática e necessária do reconhecimento da repercussão geral realizada, tendo o relator do recurso extraordinário paradigma a faculdade de determinar ou não tal sobrestamento.

Em seguida, ratificando a orientação já prestigiada por esta Corte de Justiça, aquele Órgão julgador concluiu que o recurso especial poderá tramitar normalmente, a despeito de versar sobre matéria idêntica à submetida em repercussão geral, exceto se o relator dispuser em sentido contrário, pois "o sobrestamento do trâmite de centenas ou milhares de feitos por todo o País, por tempo indefinido, não coaduna com os princípios da eficiência e do acesso ao Judiciário, especialmente quando há a possibilidade de o Relator, no Supremo, estipular a suspensão dos feitos em que o andamento possa causar incerteza jurídica".

Essa orientação reforça o acerto da decisão ora impugnada de que compete ao relator, em juízo discricionário, avaliar a necessidade de aguardar o julgamento do recurso do apelo especial quando evidenciar relação de prejudicialidade entre a decisão do Supremo Tribunal Federal e as questões de índole infraconstitucionais. Nesse sentido: AgInt no MS 19971/DF, Relator Ministra REGINA HELENA COSTA, Órgão Julgador S1 PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2018.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ADICIONAL DE TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL DA MATÉRIA DE FUNDO, PELO STF, NOS RE'S 1.072.485/PR E 593.068/SC (TEMAS 163 E 985). ENTENDIMENTO DO STF PREJUDICIAL AO RESP. RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL PARCIALMENTE ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES.

1. O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional debatida nos autos dos RE's 1.072.485/PR e 593.068/SC em que se discute a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias e sua natureza jurídica (Temas 163 e 985).

2. Tendo em vista que a questão controvertida nestes autos diz respeito a tema cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro, e, sendo assim, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem, para que, uma vez publicado o acórdão paradigma a ser proferido pelo STF, seja o inconformismo apreciado, na forma da lei (art. 1.039 do CPC/2015).

3. Este egrégio Superior Tribunal de Justiça já decidiu sobre a possibilidade de o Relator, levando em consideração razões de economia processual, apreciar o Recurso Especial apenas quando exaurida a competência do Tribunal de origem.

4. Embargos de Declaração da Fazenda Nacional parcialmente acolhidos com efeitos infringentes, tornando-se sem efeito as decisões anteriores e determinando-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem. (EDcl nos

EDcl no AgRg no REsp 1283397/PE, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/08/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INTERESSE JURÍDICO NA CAUSA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. AFETAÇÃO DO FCVS. DETERMINAÇÃO DE SOBRESTAMENTO DO FEITO E DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. TEMA EM REPERCUSSÃO GERAL NO STF (RE 827.996/PR). PERICULUM IN MORA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA HIPÓTESE EM CONCRETO. AUSÊNCIA DE DETERMINAÇÃO DO SOBRESTAMENTO DO RELATOR. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O exame da pretensão recursal não se verifica recomendável ou prudente, de tal modo que o sobrestamento do processo e a determinação de que os autos retornem à origem são medidas que atendem ao princípio da segurança jurídica, justamente o que se visa tutelar com o instituto da afetação de temas por repercussão geral, similar ao que se faz no âmbito de competência desta Corte na sistemática do recursos repetitivos representativos de controvérsia, integrando um arcabouço de normas e institutos processuais que visam administrar possíveis efeitos indesejáveis da decisão individualizada de demandas de massa na Justiça brasileira.

2. Os agravantes não comprovaram o periculum in mora que afirmam de forma genérica em suas razões de recurso. Todavia, nada obsta a que o pedido seja novamente formulado junto ao Tribunal de origem, em que se poderá adequadamente apurar a presença de periculum in mora in concreto, como é exigência das normas processuais de regência.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AgInt no AREsp 1294710/PE, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 01/02/2019).

No caso, a questão submetida à repercussão geral diz respeito "à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza" (STF, Tema 1011), ou seja, está diretamente ligada à esfera (estadual ou federal) competente para o julgamento do feito.

Dessa forma, tendo em vista que o recurso especial também aborda a questão submetida à repercussão geral, competência absoluta (*ratione personae*), é de rigor a devolução dos autos ao Tribunal de origem, não apenas por medida de economia processual, mas também porque a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, prejudicial à análise das demais matérias do apelo nobre, poderá anular toda a demanda, tornando inócuo o julgamento proferido por esta Casa de Justiça e comprometendo os princípios da efetividade e da segurança jurídica.

Ademais, na decisão hostilizada, consignei que o conflito de competência instaurado nos autos do Recurso Especial 1.509.072/RS e autuado sob n. 140.456/RS, com a finalidade de definir a Seção competente desta Corte de Justiça para julgar os recursos relativos a seguro habitacional de imóveis construídos pelo SFH, nos quais se detectar eventual comprometimento do FCVS, encontra-se também sobrestado,

# Superior Tribunal de Justiça

aguardando o julgamento do Tema 1011 pelo STF.

Ressaltei, ainda, que essa questão *interna corporis* de índole regimental não obsta a imediata baixa dos autos à origem para a observância das regras impostas no Estatuto Processual.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do pedido de e-STJ fls. 390/394.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator